



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo

Comissão Nacional de Alfabetização

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA

Ao terceiro dia do mês de junho do ano dois mil e quatro, às treze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva do Ministério da Educação, foi aberta a sexta Sessão Ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização, com a presença dos seguintes membros e suplentes: Célio da Cunha, Jane Paiva, José Carlos Victorino de Souza, Justina Iva de Araújo Silva, Maria Aparecida Schumacher, Maria Aída Bezerra Costa, Maria Clara Di Pierro, Maria Cristina Vargas e Neroaldo Pontes de Azevedo. Participaram também da reunião o Sr. Tancredo Maia, Coordenador-Geral de Alfabetização, Professora Claudia Veloso Torres do Amaral, Coordenadora-Geral de Educação de Jovens e Adultos, Professora Maria Margarida Machado, Coordenadora-Geral de Pedagogia de Alfabetização e EJA, Professor Timothy Ireland, Diretor de Educação de Jovens e Adultos. A sessão foi presidida pelo Diretor Timothy Ireland, que saudou os integrantes da Comissão. Em seguida, foi dada continuação à Quinta Reunião Ordinária, que aconteceu no período da manhã, tendo a palavra a Professora Margarida, que apresentou a nova ficha a ser preenchida no pleito e acompanhamento de projetos, composta por três partes. Ao se referir à nova ficha, a Professora Margarida explicitou cada campo a ser preenchido, destacando que: é desejável que não seja o Secretário de Educação o responsável pela Coordenação do projeto, mas quem vai assumir efetivamente a coordenação do mesmo; na SECAD foi definida uma equipe de oito pessoas responsáveis pelo desenvolvimento do processo do início ao fim; e a ficha deve conter ainda a taxa de analfabetismo da região informada pelo projeto e a taxa de analfabetismo da região metropolitana, quando se aplicar. Esses dados foram pensados levando-se em conta a falta de informações prestadas pelas entidades proponentes. Dessa forma, é possível verificar se há coerência entre os dados de analfabetismo da região na qual a entidade está atuando e os dados que a mesma propõe. Quando incoerências são encontradas, segundo a Professora, tem-se feito um comentário para chamar a atenção do proponente para essa questão e a resposta tem sido muito positiva. Ao ser questionada pelo Senhor Célio da Cunha sobre a separação entre educação de jovens e adultos e alfabetização, a Professora Margarida esclareceu que a idéia da Secretaria é trabalhar ambos os temas como um todo. Se o município só possui projeto de alfabetização com a Secretaria essa questão não vem à tona, mas se há a continuidade da educação de jovens e adultos tem-se feito uma discussão interna na análise do projeto. Na parte de justificativa da ficha é pedido ao proponente que esclareça as principais atividades econômicas, as questões culturais relevantes, o número de habitantes, o quantitativo de jovens e adultos acima de quinze anos analfabetos de acordo com o último levantamento do IBGE e o

índice de analfabetismo. A idéia não é ter os dados, visto que o MEC já os possui, mas forçar o proponente a estar atento àqueles dados. Isso tem sido um problema para as entidades maiores, como o MST, para as quais não é possível precisar a informação. Na ficha consta, ainda, se as ações abrangerão mais de um município, se há o relato de experiência em alfabetização e educação de jovens e adultos daquele proponente, se há coerência entre os princípios metodológicos e os procedimentos previstos, se há coerência com o Programa Brasil Alfabetizado e a fundamentação teórica do projeto. Há, ainda, um disque-denúncia, com o qual se tem trabalhado num mapeamento das denúncias recebidas no ano passado, estando a maior parte delas relacionadas ao não pagamento de alfabetizadores, o que pode ser explicado pela demora no repasse dos recursos. Com relação aos dados complementares, a Professora Margarida explicou que há um segundo segmento onde se questiona se o município possui taxa de alfabetização igual ou superior a 20% para a população acima de quinze anos, se é um município de região metropolitana com população analfabeta acima de 30 mil pessoas e há ainda a incluso de segmentos especiais onde entra a questão indígena, educação do campo, quilombolas e pessoas portadoras de necessidades educativas especiais. Essa é uma questão sobre a qual se precisa conversar, visto que a idéia da resolução é que as turmas sejam mistas de no máximo 10 alunos para cada 3 alunos com necessidades educativas especiais. Entretanto, há alguns lugares em que os coordenadores pedem que as turmas sejam específicas, por exemplo, a Associação de Deficientes Visuais, que quer uma turma só com deficientes visuais. O caminho da inclusão vai acontecer, destacou a Professora Margarida, mas é preciso respeitar o caminho que instituição pode fazer neste momento. A idéia é que se tenha um conjunto de informações e que estas sirvam para munirmos o Secretário e os Diretores a fazerem, a partir destas informações, o corte necessário em função da restrição orçamentária. A Professora Margarida encerrou dizendo que irá encaminhar o instrumento a todos da Comissão, esclarecendo que se trata de uma ferramenta de análise do projeto, em que as informações fornecidas pelos proponentes nem sempre são possíveis ou precisas. A Professora Margarida pediu, ainda, que os presentes encaminhassem para seu endereço eletrônico reflexões sobre a ficha enviada. Dando seqüência à Reunião, o Professor Timothy apresentou o Professor Adama Ouane, Diretor do Instituto de Educação da UNESCO, em Hamburgo, na Alemanha, que estava em visita oficial no MEC, no dia da reunião. O Professor Timohty destacou que o Professor Adama está envolvido no trabalho da “Década de Alfabetização das Nações Unidas”. O Professor Adama iniciou dizendo estar feliz por participar da reunião com uma equipe que trabalha com tal tema. O representante da UNESCO/Hamburgo explicou que a década de 2003 a 2012 foi dedicada pelas Nações Unidas à questão da alfabetização. Trata-se de uma iniciativa das Nações Unidas e não da UNESCO ou de qualquer outra agência da ONU, proposta inicialmente para a Mongólia e aprovada por mais de 97 países. As Nações Unidas dedicaram não só um ano, mas uma década ao analfabetismo porque se trata de uma questão que está no cerne da educação básica e no centro da educação ao longo da vida e das transformações sociais e culturais da maioria das sociedades. Os objetivos da Década são: a) alfabetização para todos, ou seja, a busca de mundos auto-letrados, não tendo a alfabetização como técnica, mas como um projeto social, como é visto no Brasil, mas não é visto em muito países. Nesta compreensão de alfabetização, busca-se alfabetizar crianças, jovens e, principalmente, adultos. Trata-se da alfabetização na escola e fora dela, ou seja, trata-se de uma concepção de sociedade letrada. A questão da alfabetização trabalha com um leque complexo: na Europa, doze

anos de escolaridade e, em países como Mali, setenta por cento de analfabetos. Na Década de Alfabetização das Nações Unidas todos os países devem buscar formas de lidar com a questão do analfabetismo. A UNESCO preparou para a ONU um plano estratégico de alfabetização que indica quais agências podem ajudar em áreas específicas, o que envolve a acumulação de políticas, a formação de gestores, monitoramento das estatísticas, a avaliação e a documentação necessária para o processo. São áreas em que serviços específicos podem ser oferecidos dependendo da demanda. A grande questão, então, é o que a UNESCO pode fazer para provocar os países a atingir seus próprios objetivos. A principal questão é como criar um movimento mundial para promover a década, aproveitando a sociedade civil, os governos e as agências e criar não apenas uma consciência, mas uma referência de pensamento coletivo de alfabetização para todos. Este é o desafio para a UNESCO agora. O Brasil pode ser um dos modelos nesta questão. O Professor Norberto destacou a importância do apoio da UNESCO para programas desse tipo como uma espécie de selo. A Professora Maria Clara compartilhou com a Comissão a informação de que recebeu o convite do escritório regional da UNESCO, em Santiago do Chile, para compor uma comissão regional. A comissão terá sua primeira reunião na semana seguinte à da VI Reunião Ordinária, e contará com a presença de seis pessoas da América Latina com os coordenadores dos principais programas e com alguns convidados, para tentar contextualizar o plano estratégico da UNESCO para o ambiente regional. A Professora Maria Clara se colocou como a ligação entre a CNA e a Comissão Regional, ainda que ela não saiba qual será seu papel nesta Comissão. Ela destacou ainda que esteve com o Professor Adama em Paris na ocasião das discussões sobre o primeiro ano da Década para criar um consenso com relação a um conjunto amplo de parceiros, avaliar o primeiro ano e tentar desenvolver o plano estratégico. O Professor Timothy perguntou ao Professor Adama qual a importância que ele via na questão da cooperação sul-sul, tendo em vista a tendência mundial da cooperação norte-sul. Em resposta ao questionamento do Diretor, o Professor Adama começou colocando sua posição sobre a reunião em Paris, sobre a qual destacou as várias iniciativas encabeçadas pela UNESCO, sendo a Conferência de Dakar e a Educação para Todos uma delas, além da Década de Alfabetização lançada há pouco tempo. Neste momento as agências e os estados membros só têm uma bandeira que é Dakar. Entretanto, cada país deve decidir por si qual dessas iniciativas deve ser priorizada em função de suas necessidades e não em função dos recursos disponíveis. O próximo encontro está sendo proposto pela UNESCO no México, em outubro deste ano, e vai juntar México, Brasil, Índia e África do Sul para discutir suas propostas na área de educação para jovens e adultos e alfabetização, questão que geralmente é marginalizada para os governos. A primeira batalha deve começar por pensar como construir um sistema de educação básica integrada ao longo da vida. Neste sentido, talvez seja a cooperação sul-sul que nos ajude a estabelecer uma cooperação de verdade entre esses países. Célio da Cunha aproveitou o assunto para destacar que a UNESCO vem tentando mostrar ao poder público e à elite do país a importância do investimento em educação, em ciência, e para isso ele anunciou que a UNESCO concedeu uma trilogia de publicações com depoimentos de empresários, economistas e jornalistas sobre os investimentos em educação. Neste sentido seria interessante se o Professor Adama pudesse ver se em Hamburgo há estudos sobre o tema. Com relação aos números, estando restrito à questão do analfabetismo, quando se volta para os recursos, que envolvem inclusive salários dos professores, nos deparamos sempre com o fato de trabalharmos abaixo da demanda. Segundo Neroaldo, deveríamos nos perguntar quanto o

Brasil precisa para fazer o trabalho, já que é investimento, verificar qual é a demanda e depois dividir o que temos. A sugestão é inverter a lógica e depois pensar em cooperação internacional, em pacto pela educação. Maria Clara, concordando com Neroaldo, sugeriu um exercício prospectivo, analisando ao longo do tempo quanto seria necessário para atingirmos as metas. Sugeriu, também, que, a Comissão Nacional de Alfabetização solicite ao INEP, em conjunto com Universidades, fazer um estudo consistente sobre educação nesse sentido. Outra proposta apresentada por ela é que a Comissão faça uma pequena carta convidando os candidatos a prefeito a se somarem à Década de Alfabetização assumindo o compromisso da educação em suas propostas de governo. O professor Timothy, fechando a questão, ratificou, então, que os dois encaminhamentos concretos tirados a partir das últimas discussões seriam a carta aos candidatos a prefeito e o estudo a ser discutido com o INEP. Havendo consenso com relação aos dois encaminhamentos o Professor Timothy agradeceu a presença do Professor Adama e deu seqüência à reunião. A Professora Jane Paiva aproveitou o momento para se despedir, tendo em vista compromissos previamente assumidos que exigiam que ela se deslocasse até o Estado de Minas Gerais. O Professor Neroaldo destacou a questão do prazo para divulgação dos resultados e sua importância para as entidades, ao que o Diretor Timothy esclareceu que até o dia 15 de julho seria liberada a lista de entidades beneficiadas. Dito isto, o Professor Neroaldo falou da impossibilidade em se formar turmas de alfabetização até fevereiro e a Professora Justina destacou que em lugares como Natal, no período de dezembro e janeiro, devido às oportunidades relacionadas ao turismo, as pessoas dificilmente se envolveriam em cursos, falando ainda da peculiaridade deste ano ser um ano eleitoral, o que requer maiores cuidados com relação a datas. A Professora Margarida destacou a dificuldade, no caso de ONGs, da prestação de contas dos convênios com a Secretaria, explicando que a transferência direta de 2004 não estará vinculado à prestação de contas de 2003. O Professor Normando aproveitou o momento para falar das dificuldades de se terminar uma turma no início do ano letivo, tendo em vista o tempo de aprovação dos convênios. A idéia, de acordo com o Professor Timothy, é utilizar a escola e seus laboratórios nos fins de semana, bem como aproximar as coordenações pedagógicas das escolas com as coordenações políticas dos municípios. A Professora Maria Clara falou sobre a consultoria prestada pela Professora Vera Mazagão na criação de um instrumento de avaliação no momento da transição de Ministros e destacou a importância de se ter uma avaliação, qualquer que seja a consultoria contratada. Foi colocada também a possibilidade de publicizar, na página eletrônica do Programa Brasil Alfabetizado, a aprovação dos projetos, bem como seu andamento. Respondendo à questão da Professora Maria Clara, o Diretor Timothy falou da relevância da questão da avaliação para a SECAD, tendo sido criada a Diretoria de Avaliação para trabalhar com todos os programas da Secretaria. Finalmente, foi falado do acesso a informações sobre o Programa, bem como fiscalização. A Professora Maria Clara destacou o exemplo da ABONG, que se reúne com coordenadores regionais e estes, por sua vez, promovem encontros com os coordenadores locais em períodos fixos de tempo para que a comunicação, o acesso a informações e a fiscalização possa se dar com mais efeito. Com relação a esta questão a Professora Justina e o Professor Célio da Cunha concordaram expondo seus pontos de vista. Com relação à data da próxima reunião, a Professora Margarida destacou a importância de se verificar a agenda dos Fóruns Estaduais para que a reunião não se choque com nenhum outro encontro. A Professora Justina destacou que em Natal, no Rio Grande do Norte, pretende-se fazer uma grande marcha da

Alfabetização no dia 11 de agosto, e consultou a possibilidade da Comissão reservar essa data em sua agenda, para, caso seja conveniente, já marcar o Fórum no referido período e aproveitar a ida a Natal para ambos os eventos. O Secretário Neroaldo destacou a importância do envolvimento das empresas e da sociedade na questão da alfabetização, como é o caso dos prêmios oferecidos pela Empresa de Correios e Telégrafos, Petrobrás, entre outras. Sobre a composição da Comissão foi discutida a questão de representações *ad hoc* para determinadas áreas e órgãos a quem o tema da alfabetização interessa, mas que não se envolvem diretamente na questão da educação. Célio da Cunha destacou a importância de os representantes do MEC, em oportunidades fora do país, falarem não apenas dos resultados obtidos pelo Governo Federal, mas dos avanços da alfabetização no Brasil como um todo. Com relação à Educação de Jovens e Adultos foi destacada a importância de se reunir coordenadores de EJA nos municípios, que são os verdadeiros gestores da educação de jovens e adultos, ao que Cláudia Veloso, Coordenadora-Geral de EJA, respondeu que, nos encontros que aconteceram em 2003 todos os coordenadores foram convidados e em 2004 e 2005 estão previstos cinco seminários, sendo um em cada região, para os quais serão convidados novamente. Cumprido o previsto para a sessão, os trabalhos foram encerrados pelo Diretor Timothy Ireland. E para constar eu, Celio da Cunha, Secretário-Geral, lavro a presente ata que vai assinada por mim, pelo Presidente da sessão, e pelos demais membros presentes. Brasília, três de junho do ano dois mil e quatro.

Celio da Cunha

Timothy Ireland

Justina Iva de Araújo Silva

Neroaldo Pontes de Azevedo

Maria de Fátima Rodrigues Silva

Maria Cristina Vargas

Jane Paiva

Maria Aída Bezerra Costa

Maria Clara di Pietro

José Carlos Victorino de Souza

Maria Aparecida Schumacher
